



cultur

Revista de Cultura e Turismo

Artigo:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A UTILIZAÇÃO DO ATRATIVO CULTURAL EM ILHÉUS-BA: PROCESSOS DE MODELIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO TURÍSTICO DO “TÍPICAMENTE LOCAL”

Autor:

Sandro Campos Neves¹

Copy right, 2007, CULTUR. Todos os direitos, inclusive de tradução, do conteúdo publicado pertencem a CULTUR - Revista de Cultura e Turismo. Permite-se citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que serão informados que a aprovação dos artigos implica na cessão imediata de direitos, sem ônus para a revista, que terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistacet@hotmail.com

A CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, é um periódico científico eletrônico, idealizado no Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. Com a missão de fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar relacionados com Cultura, Turismo e áreas afins, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social.

CULTUR – Revista de Cultura e Turismo

CULTUR, ano 01 – n. 01 – out/2007

Edição Especial – Melhores trabalhos do I CULTUR

www.uesc.br/revistas/culturaeturismo

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus-BA. E-mail: sandrocamposneves@yahoo.com.br.

RESUMO

Objetiva-se neste artigo analisar o papel das políticas de desenvolvimento do turismo na produção de um discurso sobre o que é “tipicamente local” na esfera cultural em Ilhéus-BA. Concebe-se o processo de desenvolvimento turístico como um processo de modelização social. Tal processo implicaria na redução das realidades culturais locais às representações de uma elite econômica produtora de políticas de turismo e de discursos sociais sobre o “tipicamente local”. A metodologia utilizada para a análise constitui-se fundamentalmente de pesquisa bibliográfica e documental sobre a história do desenvolvimento turístico da Bahia e de Ilhéus. Também será utilizada a observação participante a respeito da produção de discursos sociais sobre o turismo em Ilhéus-BA.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Turismo; Modelização Social; Discurso Turístico.

ABSTRACT

This article objectives to analyze the role of the politics of development of the tourism in the production of a speech on what is “typically local” in the cultural sphere in Ilhéus-BA. The process of tourist development is conceived as a process of social modelization. Such process would imply in the reduction of the local cultural realities to the representations of the producing economic elite of politics of tourism and social speeches on the “typically local one”. The methodology used for the analysis consists basically on documentary and bibliographical research on the history of the tourist development of the Bahia and of Ilhéus. Also the participant observation regarding the production of social speeches on the tourism in Ilhéus-BA will be used

KEYWORDS

Public Politics; Tourism; Social Modelization; Touristic Speech.

1. INTRODUÇÃO

As manifestações culturais relacionadas à idéia de cultura negra são, no contexto da Bahia, fortemente apropriadas pelo turismo. Nesse contexto, a cultura negra tendeu, recentemente, a ser entendida como uma peculiaridade da Bahia em relação ao restante do Brasil. As manifestações culturais relacionadas ao que se entende como cultura negra, como por exemplo, o candomblé, a capoeira, algumas formas musicais, principalmente percussivas, os afoxés, entre outras manifestações, foram identificadas como “tipicamente baianas”. Uma vez que essas manifestações passaram a ser entendidas como tipicamente locais, foram consideradas como atrativos turísticos importantes que diferenciavam a Bahia. Por esse motivo, essas manifestações foram alvo de uma série de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento turístico do estado. Essas políticas, pretende-se demonstrar, levaram mais em consideração as necessidades de incremento da oferta turística do que as delicadas relações sociais envolvidas.

As discussões recentes sobre as políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil apontam para uma hegemonia do modelo neoliberal na organização do mercado turístico (BURSZTYN, 2003). Tal hegemonia se traduziria em processos de desenvolvimento turístico que privilegiam a livre organização do mercado, relegando a atuação do Estado ao que chamaremos de processos de modelização social. A modelização social seria o resultado do processo a partir do qual o Estado moderno deixa de exercer funções de regulador econômico e, ao mesmo tempo, passa a exercer função de regulador social no interesse do “ajuste” da sociedade às novas necessidades do mercado. Guattari (1981 p. 202) considera que:

No contexto do capitalismo mundial integrado, pode-se considerar que os poderes centrais dos Estados-Nação são, ao mesmo tempo, tudo e nada; nada ou quase nada aos olhos de uma eficiência econômica real; tudo ou quase tudo aos olhos da modelização e do controle social.

Tais processos corresponderiam, no caso estudado, à redução da realidade cultural local a modelos de representação baseados na versão de elites locais sobre a cultura e a história baianos, especificamente na cidade de Ilhéus. Considera-se que o papel principal atribuído ao Estado no modelo capitalista neoliberal é o de produzir modelizações sociais adequadas à liberdade de organização do mercado.

Nesse sentido, o Estado se torna então, de algum modo, um agente facilitador da iniciativa privada passando a, ao invés de regular o mercado, preparar, através das políticas públicas, a sociedade para a livre atuação e organização dos mercados. Tal lógica se fundamenta, principalmente, no processo de sobrecodificação capitalística, segundo o qual o capital sobrecodifica todas as outras esferas da vida social. Para Guattari (1981 p. 191):

O capital não é uma categoria abstrata, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas. Sua função é de assumir o registro, a regulação, a sobrecodificação das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta. (Ibid)

Nesse sentido, o capital faz com que o restante das esferas da sociedade fiquem subjugadas à sua lógica e aos seus códigos de transmissão e acumulação. Assim, para o autor o poder capitalista acrescenta sempre aos mecanismos tradicionais de controle social outros mecanismos miniaturizados que requerem ao menos o consentimento passivo dos indivíduos obtido por coerções. (*Id.* p. 205). Tais mecanismos incidiriam sobre a produção de um discurso hegemônico sobre a singularidade cultural local e resultariam na formação de um consenso “oficial” sobre a história e a cultura locais.

A sobrecodificação capitalística atinge o terreno do lazer na medida de sua generalização mundial. (VIETEZ, 2002 p.144). Nesse sentido, o turismo e as atividades de lazer ganham novos contornos em termos de dominação capitalística e acabam por colaborar na massificação das semióticas capitalísticas para todos os setores da vida humana. Esse processo de sobrecodificação capitalística é a base do processo de modelização social, constituído a partir da atuação do Estado nas políticas públicas de desenvolvimento do turismo que se pretende descrever rapidamente aqui. Com a generalização do capital e a capitalização do lazer e do turismo as políticas públicas se voltam para essa nova realidade e passam a adaptá-la aos diversos segmentos sobre os quais incide sua atuação. Ao longo deste trabalho se procurará descrever de que forma esses processos atuaram em Ilhéus na produção de uma política de desenvolvimento do turismo baseada na particularidade cultural local.

O processo de desenvolvimento de modelos de representação sobre a cultura em Ilhéus e no restante do estado da Bahia passa pelo crescente interesse despertado pelo movimento negro a partir da década de 80, com a revitalização do carnaval de Salvador. A maneira a partir da qual esse movimento se torna objeto ou não de atuação das políticas públicas de turismo e porque isso se dá é

uma das principais questões que esse trabalho procurou elucidar. Tal elucidação, basicamente, se dará analisando três aspectos: a criação do que se chamará de mito Pessoísta-Amadiano de fundação da história de Ilhéus, a história do desenvolvimento turístico da região em relação com a do estado da Bahia e, por último, as formas através das quais esses dois processos interagem no turismo de Ilhéus.

2. A HISTÓRIA OFICAL DE ILHÉUS: A PRODUÇÃO DO MITO

O primeiro aspecto importante a ser tratado é a criação de uma espécie de mito fundador da história de Ilhéus, a partir do investimento e do trabalho simbólico de dois homens da região, o coronel Antônio Pessoa e Jorge Amado. Antes, no entanto, de proceder à explicitação do que se considera esse mito fundador da história de Ilhéus, é preciso precisar a maneira como se entende mito para essa contextualização. Para Lévi-Strauss (1970 p.229):

Um mito diz respeito, sempre, a acontecimentos passados: “antes da criação do mundo”, ou “durantes os primeiros tempos”, em todo caso, “faz muito tempo”. Mas o valor intrínseco atribuído ao mito provém de que estes acontecimentos, que decorrem supostamente em um momento do tempo, formam também uma estrutura permanente. Esta se relaciona simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro.

Assim, cumprirá demonstrar ao longo da explicitação que se segue, que o chamado mito fundador trabalha com esses mesmos termos. Sendo uma explicação dos “primeiros tempos” e possuindo uma estrutura que se refere ao passado, presente e futuro de determinada sociedade buscando, de certa forma, resumí-la.

Estes dois homens (Jorge Amado e Antônio Pessoa), que a princípio não teriam qualquer relação, ajudaram a conformar um mito sobre a origem da riqueza da cidade que se confunde com a história da origem da cidade e, por isso, é pensado como mito, “dos primeiros tempos”. Sobre isso, e antes de se iniciar sua explicitação, deve-se destacar que os estudos sobre a história de Ilhéus, majoritariamente abordam, até meados da década de 80, quase que exclusivamente dois períodos. Primeiro, o período de Ilhéus como capitania hereditária, principalmente aquele situado entre 1500 e 1700, depois o período do auge da lavoura de cacau, principalmente na primeira metade do século

XX². As lacunas através das quais essa trama se tece são fundamentais para a compreensão da força explicativa adquirida pelo mito fundador amadiano-pessoísta.

Para toda história oficial haverá um enorme número de versões não-oficiais que trabalham com aspectos deixados de lado na história oficial. No Brasil, a historiografia acadêmica mais crítica de algumas regiões é extremamente recente. Ao longo da história, no espaço deixado pela historiografia acadêmica mais crítica, conformou-se no país e também em Ilhéus, toda uma “historiografia oficial”. Essa “historiografia” é construída, claramente, levando em consideração objetivos apenas de dominação política, em detrimento do interesse acadêmico e científico na história nacional ou local.

O caso das versões oficiais sobre a história de Ilhéus é um caso notório onde a “historiografia oficial”, politicamente interessada na dominação, ocupou o espaço da legitimidade social da historiografia acadêmica mais crítica. Esse estado de coisas cria, atualmente, dificuldades para que a versão acadêmica da história local ganhe alguma legitimidade entre as pessoas de fora da academia, a maioria da população local, e mesmo dentro dela.

Pode-se situar o marco fundador de uma versão oficial sobre a história de Ilhéus no período que começa em 1912, quando uma mudança na conjuntura política estadual alça J.J. Seabra ao governo estadual e, conseqüentemente, leva seu aliado, o Coronel Antônio Pessoa, à intendência de Ilhéus. Esse momento histórico se revelou como o rompimento com o domínio das famílias ligadas ao império, em Ilhéus, chamadas “Adamistas”, e o início do domínio da facção política denominada “Pessoísta”, ligada aos novos ricos da cacauicultura. A partir daí, a facção agora no poder, ligada à nova elite econômica dos cacauicultores, passa a ser dominante e a colocar em prática a estratégia de sua afirmação política:

Gradualmente, os “pessoístas” passaram a expressar seu poder social e político. A maioria passa a deixar de residir nas fazendas e a construir palacetes na cidade que, ao lado dos túmulos monumentais, eram um dos símbolos urbanos mais visíveis do poder dos antigos coronéis do cacau.(RIBEIRO, 2001 p.110)

Contudo, essa é apenas uma face da estratégia posta em curso, e capitaneada pelo próprio Antônio Pessoa, no sentido de criar uma memória e um imaginário que legitimasse o poder dos coronéis do cacau, na mesma medida em que descredibilizava as famílias tradicionais ilheenses, que

² Ver GARCEZ e FREITAS (1979), CAMPOS(1981) e ASMAR(1983)

se opunham à sua chegada ao poder. Essa estratégia se compunha também de campanha, através de um jornal da época, controlado pelos Pessoístas, chamado “Diário de Ilheos”. Nesse jornal:

Pessoa acusa seus inimigos, ex-escravocratas, de possuir mentalidade atrasada e manipular as rendas municipais em benefício próprio, assim como os responsabiliza pela invasão violenta de roças de pacíficos posseiros[...]. Através dessa retórica, Pessoa assume a estratégica posição de defensor dos pequenos lavradores, viúvas e órfãos de Ilhéus e do progresso municipal. Seus artigos afirmavam que, tanto ele como seus aliados, eram trabalhadores que tinham lutado duramente para conseguir o que possuíam, sem o benefício de heranças familiares, acesso às rendas municipais ou poderosas alianças sociais ou políticas com a elite soteropolitana. (RIBEIRO, 2001 p. 112)

Além dessa etapa da utilização de jornais, para falar diretamente aos ilheenses, os pessoístas se preocuparam também, dentro de sua estratégia, com os documentos que seriam legados para contar a história de Ilhéus. A maior preocupação da política Pessoísta com esses documentos era a de que eles contassem a história que havia sido construída através da retórica de Pessoa, exaltando as obras de sua administração. Segundo essa retórica, os coronéis do cacau, como homens feitos por si mesmos, com sua valentia e espírito para o trabalho, construíram o progresso e a riqueza de Ilhéus. Assim:

Ao passar a controlar a intendência municipal, em 1912, o coronel Pessoa redobrou seu esforço para mostrar-se como defensor do progresso da região e enfatizar sua ligação com os pequenos fazendeiros e comerciantes de cacau. A partir desse período, são escritos diversos trabalhos sobre a região e o cultivo do cacau, onde é perceptível a influência do discurso pessoísta. (RIBEIRO, 2001 p.115).

Através desses expedientes, os políticos que dominavam a cena na Bahia e principalmente em Ilhéus, construíram uma estratégia de fundação de um imaginário e de uma memória, ou discurso de memória, que narrasse sua história como grupo social, no sentido de transformá-la na narrativa de identidade e memória regionais. Assim, a versão oficial, não só ganha aspecto de fundadora “dos primeiros tempos”, mas ganha também estrutura permanente, através da legitimidade que alcança. A estrutura permanente estará, obviamente, ligada às necessidades de exercício de poder. Fazer sua versão da história se tornar hegemônica é uma condição fundamental para a manutenção da hegemonia política de uma classe social. Essa estrutura permanente e o interesse político em mantê-la, faz com que seja percebida, ainda atualmente como referência de uma imagem de Ilhéus. Essa referência, que ainda é professada pelas elites controladoras do Estado se traduz na leitura de Ilhéus através do imaginário da obra de Jorge Amado, notadamente *Gabriela*, entendida como símbolo da cultura de elite.

Essa estratégia de construção de memória e de apagamento de outras narrativas se verificou em vários momentos da história mundial, principalmente em períodos em que o poder troca de mãos. Na Revolução Francesa, Revolução Russa e no caso brasileiro, na ascensão da República, se pode observar disputas ideológicas e simbólicas acerca do destino da memória e da identidade nacional, no sentido de legitimar o novo poder ascendente. Na obra de José Murilo de Carvalho, se pode observar essa disputa, no que diz respeito aos símbolos da república brasileira, bem como uma explicação de Carvalho a respeito da necessidade de se construir um imaginário como estratégia política.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político.[...] É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1990 p. 10)

No entanto, na maneira de entender aqui proposta, no caso ilheense, fizeram diferença dois aspectos fundamentais para que a narrativa da identidade e da memória de uma facção das elites funcionasse como uma versão oficial e fosse reproduzida socialmente. O primeiro deles é a política de turismo desenvolvida posteriormente no município, que se encarregou de reafirmar o discurso hegemônico, processo esse que será tratado mais à frente. O segundo aspecto é a imensa influência que a obra de Jorge Amado, notadamente *Gabriela Cravo e Canela* ganha na literatura e na mídia brasileira e mundial, veiculando a ideologia pessoísta.

A literatura amadiana, durante suas primeiras obras, tratou de Ilhéus, do cacau e suas histórias, sob uma ótica bem diferente da narrativa consagrada em *Gabriela*. Em *Cacau*, Jorge Amado, influenciado pelo comunismo, tratou a questão do cacau a partir da ótica dos trabalhadores rurais, tidos pelo autor como explorados.

Em *Terras do Sem Fim*, o autor continua a crítica à sociedade cacauzeira, contudo, essas obras não recebem grande aceitação ou notoriedade de início, entre outras razões por não agradarem à elite local. Posteriormente, com *Gabriela*, Amado finalmente consegue alcançar a notoriedade que mais tarde o alçaria à condição de um dos maiores escritores da literatura brasileira e mundial. Essa notoriedade obtida ocorre, inclusive, entre a elite local, que tratou de promover a obra de Amado.

A aceitação recebida por *Gabriela* pela elite cacauzeira adveio do fato de que nela, Amado contribui para caricaturar as famílias tradicionais de Ilhéus através da figura do Doutor, que tinha vínculos com o Império.

Dessa forma, principalmente através de *Gabriela*, Amado contribui de duas formas no reforço da estratégia Pessoaísta de legitimação política: ao reafirmar o mito fundador dos coronéis como homens valentes que se fizeram sozinhos e fizeram o progresso de Ilhéus; e também ao descredibilizar o passado aristocrático das famílias tradicionais locais, que se opunham ao poder pessoísta. Pode-se verificá-lo, como exemplo, no seguinte trecho de *Gabriela*:

Muita coisa recordava ainda o velho Ilhéus de antes. Não o do tempo dos engenhos, das pobres plantações de café, dos senhores nobres, dos negros escravos, da casa ilustre dos Ávilas. Desse passado remoto sobravam apenas vagas lembranças, só mesmo o Doutor se preocupava com eles. (AMADO, 2002 p.14)

A construção do universo amadiano, na obra *Gabriela*, ajudou a criar certas imagens estereotipadas que contribuíram para a transmissão do mito dos coronéis do cacau como homens valentes, que cavaram sua riqueza e o progresso de Ilhéus através de muitas lutas mortais na mata.

Iam-se perdendo, no passar dos tempos, o eco dos últimos tiros trocados nas lutas pela conquista da terra, mas daqueles anos heróicos ficara um gosto de sangue derramado no sangue dos ilheenses. E certos costumes: o de arrotar valentia, de carregar revólveres dia e noite, de beber de jogar. (*Op. Cit.* p.XII)

Através da difusão da obra de Jorge Amado, primeiro nacionalmente e depois mundialmente, criou-se uma imagem de Ilhéus baseada no tempo dos coronéis e da cacauicultura, apagando-se da memória as famílias tradicionais, ligadas ao império, que perderam poder no momento em que Antônio Pessoa se torna Intendente de Ilhéus.

3. POLÍTICAS DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA: BREVE HISTÓRICO

O mito de fundação Pessoaísta-Amadiano estabelece profundas relações com a posterior política de turismo que adotada em Ilhéus, principalmente nos anos 90, e que constitui aspecto importantíssimo do processo de modelização que se vem analisando. Contudo, antes de se passar a analisar de que formas uma coisa influencia a outra, deve-se fazer um breve histórico das políticas de turismo no estado da Bahia e, principalmente, dos fluxos que chegam a Ilhéus.

O turismo se torna objeto de políticas públicas na Bahia a partir da década de 50, com a criação do Departamento de Turismo como órgão do governo estadual. No entanto, somente na década de 70 as políticas de turismo serão alvo de uma estratégia de desenvolvimento planejada em

longo prazo e com objetivos mais bem definidos. É justamente a partir desse período que se pode traçar um histórico útil para essa análise, uma vez que se percebe o processo de planejamento como um processo de modelização social, dirigido pelo Estado burocrático. Um dos pontos que pode ser abordado como fundador de um interesse turístico mais organizado em relação a Ilhéus é narrado por Queiroz (2002 p. 100):

Apesar de Salvador constituir-se como pólo hegemônico do turismo estadual, já em inícios dos anos 70 o interior começou, ainda de forma bastante tímida, a demonstrar alguma representatividade na economia turística baiana[...] É nesse ano que, pioneiramente, Ilhéus, município baiano, faz-se presente em uma exposição nacional de turismo realizada em Brasília, aí ocupando um *stand* no pavilhão do Estado da Bahia.

A partir de 1970, numa iniciativa então isolada, Ilhéus aparece como um município a ser observado pelo governo estadual em relação a seu potencial turístico. Ainda que se possa perceber o turismo como uma fonte de renda para a região, uma vez que a economia em torno das lavouras de cacau começava a se enfraquecer, esse momento é também tomado como o início de um processo de planejamento. Nesse processo a cidade será definida como turística e terá esta definição como importante para a elaboração da imagem da cidade. Ainda em 1968 seria criada, como órgão vinculado ao governo estadual, a BAHIATURSA (Hotéis de Turismo do Estado da Bahia) vinculada à secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos. O órgão, inicialmente, foi criado para fomentar o setor hoteleiro no estado e se constituía como empresa pública de capital misto.(*Id.* p. 93). Em 1979, a empresa passa a responder pelas funções da Emtur e Combahia – empresas públicas relacionadas a outros setores do turismo no estado – e adquire papel político fundamental no planejamento do turismo no Estado.

Em 1979, Antônio Carlos Magalhães assume, pela segunda vez, o governo estadual e dá continuidade a um projeto de expansão do turismo, iniciado em sua primeira gestão entre 1971 e 1974. A partir desse governo, se estabelece uma política de turismo que tinha os seguintes objetivos: “incrementar o fluxo turístico; aumentar o tempo de permanência média do turista, ampliar o espaço turístico do Estado; reduzir a sazonalidade turística e preservar e valorizar o patrimônio turístico da Bahia.” (*Id.* p. 126). Tais objetivos, estabelecidos pelo governo estadual, se inscrevem no marco de um projeto ambicioso de desenvolvimento do turismo, ao mesmo tempo em que estabelecem um processo de modelização social. Tais investimentos se ancoravam numa lógica de produção de simulacros, de estereotipificação da produção cultural local a partir do investimento em publicidade turística.

A eleição do turismo como alvo estratégico de governo, a partir do segundo período do governo [Antônio Carlos Magalhães 79/82] significou fazer a cultura ser subsumida pelo turismo, implicando em privilegiar aspectos folclóricos da produção simbólica popular para consumo externo. (ALMEIDA, 2000 p.5).

Assim, a política estadual de desenvolvimento turístico baseou-se numa estereotipificação da produção cultural local e da singularidade da região. Essa forma de modelização da produção cultural local vai influir na reafirmação do mito Pessoaísta-Amadiano da Ilhéus de *Gabriela*, dos coronéis e do cacau, bem como da estereotipificação da presença dos negros na cultura baiana. No entanto, restam destacar alguns aspectos da política estadual de turismo que ainda importam à contextualização do processo de modelização social instaurado.

Para o alcance de algumas metas do plano de turismo estadual supramencionado foi criado o Programa Caminhos da Bahia, no início da década de 80, que tinha como objetivo a ampliação do fluxo turístico no estado e incluía Ilhéus em seus planos de *marketing* e infra-estrutura. No entanto, tal plano de investimentos, baseado no orçamento estadual, carecia ainda de recursos para a efetivação de seus objetivos. Tais recursos serão conseguidos na década de 90, a partir da inserção do estado em um programa federal de investimento no turismo.

Nos anos 90, novamente sob o governo de Antônio Carlos Magalhães, a Bahia se insere num plano nacional, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, denominado PRODETUR Nordeste. Tal plano tinha como objetivo a consecução de várias obras relacionadas à infra-estrutura turística, que incluíram a construção do Centro de Convenções de Ilhéus, e teve como um dos marcos de seu processo de modelização o Zoneamento Turístico do Estado da Bahia.

Tal zoneamento, que abarcava principalmente os municípios tidos como de interesse turístico, dividiu o estado em Zonas Turísticas denominadas: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau (onde se inclui Ilhéus), Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Tais regiões se tornaram referências, inclusive no que diz respeito à cartografia da região, sendo muitas vezes mencionadas como referências em trabalhos acadêmicos das mais variadas áreas. O zoneamento, como processo de modelização, ainda serviu para reafirmar a percepção de Ilhéus sob a idéia de região do cacau, constante do mito Pessoaísta-Amadiano de fundação, ao denominar a área de inserção do município como Costa do Cacau.

O processo de modelização a partir do qual se estabelece como legítima a definição de uma região com fins turísticos remete a uma reflexão de Bourdieu (2004 p. 112), segundo a qual não se pode deixar de perceber que “as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.” A partir de tais reflexões pode-se pensar que, a divisão do estado em regiões a partir de denominações práticas que reificam e organizam a singularidade local, segundo critérios estabelecidos pelo Estado, tem a função de produzir o efeito social de modelização das representações a partir das quais se percebe as particularidades de cada local. Essa modelização da visão sobre as regiões do Estado pode entrar na rubrica daquilo que Bourdieu (*Ibid*), chama de lutas pelo poder de di-visão. Para o autor, tais lutas se verificam através de uma disputa sobre quem tem o poder de nomear as coisas e, através da nomeação oficial legitimada, estabelecer como verdade sua representação da ordem das coisas.

Nesse sentido, o zoneamento turístico da Bahia, especificamente aquele que inclui a região de Ilhéus, serve para legitimar e reafirmar uma visão que, como verificado acima, foi construída e apropriada por um segmento das elites locais, que se tornou dominante a partir do poderio econômico conseguido com a “época de ouro” da lavoura de cacau.

Seguindo o processo de modelização, instaurado a partir do momento em que se concebeu a política de turismo como estratégica, cria-se em 1995, início da gestão Paulo Souto no governo do estado, a Secretaria Estadual de Cultura e Turismo (SCT). O governo Paulo Souto se estabeleceu como continuidade de grande parte das políticas criadas e mantidas no três governos de Antônio Carlos Magalhães e, nesse sentido, a criação da SCT ainda é um fluxo que pode ser percebido como continuidade de uma política estabelecida como hegemônica desde 1971. Prova disso é que o novo secretário no governo Paulo Souto seria aquele que foi dirigente da Bahiatursa durante vários anos dos governos anteriores. A criação da Secretaria de Cultura e Turismo é também reflexo das políticas que vinham sendo implementadas. Para Queiroz (2002, p.157), “a idéia da constituição de uma única Secretaria agregando turismo e cultura também procedeu, ainda que em parte, da relevância alcançada pelos aspectos culturais nos planos de governo implementados desde 1991 (Governo ACM)”. Tal relevância, refletida no investimento em produção e recuperação de bens culturais como o Teatro Castro Alves, o Museu de Arte Moderna e, mais tarde, na revitalização do Pelourinho, é percebida aqui como processo de modelização, nos moldes demonstrados anteriormente.

4. POLÍTICAS DE TURISMO EM ILHÉUS A PARTIR DA DÉCADA DE 90: “CIDADE COM VOCAÇÃO PARA O TURISMO CULTURAL”

Paralelamente a toda essa produção de modelos de representação da região de Ilhéus, processo que se inicia em 1912 com Antônio Pessoa, passa por Jorge Amado nas décadas de 50 e 60 e pelas políticas de turismo a partir de 70, terá um efeito ainda mais direto sobre Ilhéus a partir de final da década de 80 e início de 90. Tais processos podem ser relacionados à mais grave crise da produção da lavoura do cacau na região. Desde as décadas de 40 e 50 esse cultivo passava por diversas crises na região, ora relacionadas à concorrência e empobrecimento dos produtores, ora relacionadas às crises econômicas de superprodução bastante comuns no capitalismo.

No entanto, até a década de 80 o cacau ainda se mantinha como atividade econômica absolutamente hegemônica na região. No entanto, a década de 80 trouxe as pragas da vassoura de bruxa e podridão parda que prejudicaram profundamente a lavoura de cacau. A partir do declínio da economia do cacau, embora se deva destacar que ainda hoje ela é a quantitativamente mais importante, a região de Ilhéus começa a procurar outras formas de geração de recursos, além de, paralelamente, centrar esforços na procura de solução para as pragas. Uma das políticas nas quais se passa a investir na região para a busca de uma solução econômica em face da diminuição das rendas do cacau é o investimento no turismo e, notadamente, no turismo baseado no patrimônio cultural local, o chamado turismo cultural.

O investimento nesse tipo de turismo tem como marco principal a segunda gestão do prefeito Jabes Ribeiro na cidade, em 1996. Essa gestão começa um processo de restauração de alguns prédios considerados culturalmente importantes, que haviam sido abandonados por gestões anteriores, inclusive a sua própria primeira gestão. Tais iniciativas, relacionadas à cultura e ao turismo como vetores de desenvolvimento para a região, podem ser expressos a partir de matéria publicada no Jornal Diário da Tarde de 1996, atribuídas pelo jornal ao prefeito.

Temos na Cultura um instrumento fantástico. Precisamos trabalhar para que a cultura, sem prejuízo de sua substância e de seu conteúdo, seja um instrumento para o desenvolvimento do turismo em Ilhéus [...] Hoje precisamos de mais criatividade. Ilhéus não pode perder mais tempo. Temos que valorizar nossos talentos e criar as metodologias de como realizar efetivamente parcerias – Jabes Ribeiro, prefeito em Seminário de Planejamento de Governo. (DIÁRIO DA TRADE, 13 nov. 1996 p.01)

Essas iniciativas de gestão voltadas para a cultura, rapidamente se voltaram para a narrativa do mito Pessoaísta-Amadiano de fundação da região de Ilhéus. Eles tiveram como reflexo um investimento de recursos em prédios considerados como patrimônio, que se voltavam para aspectos da região narrados em *Gabriela* de Jorge Amado. Tais políticas podem ser percebidas através de outra matéria do mesmo jornal, que demonstra a forma como se passou a perceber o investimento no turismo da região.

Jabes ressaltou que confia no futuro de Ilhéus e que o desenvolvimento do turismo na cidade deve ser vinculado às potencialidades históricas, artísticas e culturais. Nesse sentido, lembrou projetos que executou no setor quando foi prefeito, a exemplo do Circo Folias de Gabriela, da reconstrução do Teatro Municipal de Ilhéus, a criação da Fundação Cultural de Ilhéus, festivais, concursos, cursos entre outros com o objetivo de estimular a produção artística. (Diário da Tarde, 26 de Jul de 1996 p.01)

Essa matéria, publicada antes da eleição de Jabes Ribeiro para seu segundo mandato em 1996, demonstra aquilo que seria a tônica de seus governos, tanto em 1996, quanto posteriormente, entre 2000 e 2004. Dessa forma, o *marketing* turístico e as políticas públicas, a partir dos anos 90, trataram de apropriar-se do mito Pessoaísta-Amadiano e vender Ilhéus como a cidade de *Gabriela* e também a cidade dos coronéis do cacau, dos homens valentes de arma na cintura, fundadores do progresso.

Esse discurso canalizou os investimentos públicos, tanto em Turismo, como em Cultura, no reforço do discurso amadiano de “*Gabriela Cravo e Canela*”. Como os recursos do Estado a serem investidos, tanto no setor de Cultura, quanto no de Turismo, são escassos, a Prefeitura prioriza e ao fazê-lo investe naquilo que considera ter mais valor cultural e naquilo que poderia render frutos para o turismo. Por outro lado, a elite econômica de Ilhéus, ainda é formada por descendentes dos coronéis e encontra-se ainda atrelada ao aparelho do Estado. Dessa forma, essa elite ainda se mantém ligada aos interesses materializados através das políticas municipais, tanto de Cultura como de Turismo. Nesse sentido, através desses múltiplos direcionamentos foram realizados altíssimos investimentos na construção do quarteirão Jorge Amado, no centro da Cidade, na reforma do Bataclan, famoso prostíbulo freqüentado pelos coronéis da obra *Gabriela* e também na construção da Casa de Cultura Jorge Amado.

Assim, a partir da política de investimento no turismo, da diminuição da importância econômica da lavoura do cacau e da atuação política de segmentos da elite local, conforma-se a face local do processo de modelização social que vem sendo descrito. Ainda se assume, no discurso público consagrado a esse tipo de iniciativa, que a divulgação da telenovela *Gabriela* em rede nacional e também a construção da BR -101, em 1979, colocaram a Bahia e, notadamente Ilhéus, como lugar a ser visitado pelo fluxo de turistas nacional e como importantes alvos de uma política estruturada de turismo. Como observado anteriormente, tal processo de planejamento do turismo estadual se refletiu num processo de modelização social, que reafirmou toda uma série de construções a respeito da história oficial que moldam discursos sobre a cultura local.

Sobre esses processos de divulgação turística de Ilhéus, Menezes (1998 p.73) afirma que, é “algo bastante recorrente no que tange a grande parte das atrações turísticas da cidade [...] a tentativa de objetificar e explorar como atrações turísticas os registros ficcionais produzidos a respeito de Ilhéus na literatura e principalmente nas telenovelas”. A autora reitera que a construção de um discurso oficial sobre a cultura de Ilhéus, no seu trabalho pensado como retórica social, acabou forjando uma idéia daquilo que é típico de Ilhéus e, nesse sentido, produz o que se pode chamar de estereotipificação da cultura local a partir dos processos de modelização social.

Expressões como “perfil definido para o turismo cultural”, “vantagem para o turismo cultural” ou “vocação para o turismo cultural” estão fortemente presentes no jogo retórico que preside o processo de criação de mercadorias culturais, processo este sustentado em estereótipos do que se supõe como “típico de Ilhéus”. Deve-se deixar claro, porém, que no campo semântico dos agentes que promovem o turismo em Ilhéus, “identidade turística de Ilhéus” (entendida como a imagem promovida pela literatura e as telenovelas) e “identidade ilheense” não são termos contraditórios, ou seja, não são alocados em instâncias diferenciadas o que seria uma tradição genuína e uma tradição para o turista ver. (MENEZES, 1998 p. 76).

Essa sobrecodificação entre o que seria a tradição cultural de Ilhéus e o que seria a imagem turística de Ilhéus é um dos principais efeitos do processo de modelização social, produzido pelo investimento em cultura e turismo, iniciado pelo governo do estado e adotado por Ilhéus como alternativa para a crise da lavoura de cacau. Explicativo ainda do uso da idéia de processo de modelização social é o fato de que, o papel assumido pelo Estado, como visto, nos marcos de uma hegemonia do capitalismo neoliberal é o de agente indutor e regulador das condições para investimento econômico, ao invés de regulamentador e mediador dos processos de investimento e

atuação da esfera privada. Nesse sentido, o papel que sobra ao Estado como regulamentador é o de modelizador social, tornando a economia e a sociedade mais adequadas às necessidades do mercado. Nesse sentido, Vieira (2006 p. 114) afirma que, “Agora, cabe aos Estados muito mais uma atuação revestida de caráter eminentemente empresarial[...] do que o clássico papel de provedor e interventor principal das esferas da vida social.”.

Assim, ao caracterizar-se mais como agente empresarial do que provedor, o Estado se alia à lógica dos mercados e valendo-se de seu papel ainda legitimado como regulador, estabelece processos de adequação da sociedade, como as políticas “de ajuste”, através da modelização social.

Vieira (2006 p.115) afirma ainda que, no caso do estado da Bahia, desde a década de 70 até início de 2000, “a gestão da cultura e do turismo passou a ser orientada por essa lógica de caráter empresarial, em que a tendência à desregulamentação das funções do Estado e a gradativa privatização dessas atividades econômicas deram o tom desse ciclo administrativo.”. Assim, os processos de gestão do Estado e de gestão do capital privado nos investimentos em turismo no estado foram sendo, como demonstrado acima, sobrepostos através da modelização social e dos sucessivos processos de desregulamentação, presididos pelo discurso da eficiência técnica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar ao longo desse artigo que o Estado moderno encontra-se em um momento diametralmente oposto àquele que foi seu fundador. Agora o Estado não se confunde mais com a idéia de soberania e cada vez mais seus interesses se demonstram localizados e referenciados em segmentos de classes sociais específicas. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento do turismo na Bahia, assim como vários outros tipos de políticas, em diversas localidades, podem ser citados como exemplos da nova atuação do Estado, de modelizador social. Na medida em que o perde sua função de regulador econômico e passa a ter uma atuação de caráter mais empresarial o Estado passa a exercer também a função de modelizador social. Com base em uma posição ainda legitimada de regulação da sociedade o Estado estabelece políticas de ajuste da sociedade “às novas necessidades da modernidade”, as necessidades do mercado.

Assim, demonstrou-se como na Bahia e, especificamente em Ilhéus, nas políticas de desenvolvimento do turismo o Estado perde seu papel de regulador econômico, subjugando-se

totalmente à iniciativa privada, e assume o papel de modelizador das representações sobre a cultura local e aquilo que seria típico de Ilhéus. Esse novo papel que o Estado assume ainda se vincula à uma assunção menos sutil de seu papel de instrumento de dominação de uma classe pela outra e em Ilhéus tal realidade se afigura a partir da produção de uma versão oficial da história local, a partir do aparelho de Estado, operada por uma fração da elite local e a hegemonização dessa versão a partir da atuação do Estado.

Assim, se produz um conjunto de representações, que veio se considerando até aqui, estereotipadas, sobre a cultura local que servem para ao mesmo tempo produzir a hegemonia política da elite local e sufocar outras manifestações e narrativas sobre a história e cultura local. Essas representações, consideradas como processos de modelização social, são o reflexo do processo de sobrecodificação do capital sob a égide do capitalismo neoliberal. A partir da hegemonia dessa versão do capitalismo o capital como operador semiótico alastra seus códigos para todas as outras esferas da vida em sociedade capitalizando a cultura como estratégia de desenvolvimento e levando pouco em consideração as relações sociais envolvidas na produção, veiculação e circulação de manifestações e os objetos culturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. W. Estado, televisão e construção de identidade na Bahia. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Anais do XXIII*, Manaus: 2000. Disponível em: www.intercom.org.br/paper/xxiii-ci/gt09/art-gt009.html. Acessado em 07/07/05.
- AMADO, J **Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior**. São Paulo: Record, 2002.
- ASMAR, S. R.. **Economia da microrregião caucareira**. Itabuna, BA: Colograf (1983)
- _____ **O poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. *In: Caderno Virtual de Turismo*. v.3 n.4 p. 7-12 acessado em: 04/11/2006
- CAMPOS, S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: MEC, 1981
- CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003
- CARVALHO, J. M., **A formação das almas. A construção do imaginário da República no Brasil**. Rio de Janeiro:DP&A,1990
- GARCEZ, A.N.R; FREITAS, A. F. G. **Bahia cacauera: um estudo de historia recente**. Salvador: UFBA, 1979. (Estudos baianos ;n.11)
- GUATTARI, F **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981

- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970
- MENEZES, T.C.C. Turismo, Tradição e Hospitalidade: Um estudo sobre a produção de identidade em Ilhéus. **Museu Nacional – UFRJ – Dissertação de Mestrado, 1998**
- QUEIROZ, L.A. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.
- VIEIRA, M.P. Enlaces entre cultura e turismo: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado na área da cultura (Bahia 1995-2002) *In: Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, n.12 v.7 (Março 2006). Campo Grande: UCDB, 2006
- VIETEZ, C.G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. *In: BRUHNS, H.T. Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002 (Coleção Lazer, esporte e sociedade).

Recebido: Janeiro de 2007

Avaliado: Fevereiro e Março de 2007

Aprovado: Indicado como um dos melhores trabalhos do I CULTUR - Março de 2007